

Plano de Formação Contínua 2014-2015

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Título: Plano de Formação Contínua 2014-2015

Autor: CEJ - Departamento da Formação

Ano de Publicação: 2014

Série: Formação Contínua

Edição: Centro de Estudos Judiciários

Largo do Limoeiro

1149-048 Lisboa

cej@mail.cej.mj.pt

I Índice

NOTA: É possível **clique** nos itens do índice de modo a ser **redirecionado** automaticamente para o capítulo ou subcapítulo em questão.

I	ÍNDICE.....	2
II	PREOCUPAÇÕES CENTRAIS NA ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO.....	3
III	ASPETOS GERAIS	5
IV	ORIENTAÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DE UM MODELO PEDAGÓGICO E DE COMUNICAÇÃO ...	6
V	TERMOS DE REFERÊNCIA E JUSTIFICAÇÃO	8
VI	FORMAÇÃO PRESENCIAL.....	9
VII	VAGAS	10
VIII	INSCRIÇÕES.....	12
IX	AÇÕES DE FORMAÇÃO POR TIPOLOGIA.....	13
9.1	AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA TIPO A – COLÓQUIOS DE 1 DIA.....	14
9.1.1	<i>Metodologia</i>	<i>14</i>
9.1.2	<i>Destinatários.....</i>	<i>14</i>
9.2	AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA TIPO B – SEMINÁRIOS.....	16
9.2.1	<i>Metodologia</i>	<i>16</i>
9.2.2	<i>Destinatários.....</i>	<i>16</i>
9.3	AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA TIPO C – CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO.....	17
9.3.1	<i>Metodologia</i>	<i>17</i>
9.3.2	<i>Destinatários.....</i>	<i>17</i>
9.4	AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA TIPO D – <i>WORKSHOPS</i>	18
9.4.1	<i>Metodologia</i>	<i>18</i>
9.4.2	<i>Destinatários.....</i>	<i>18</i>
9.5	AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA TIPO E – CURSOS ON-LINE	19
9.6	OUTRAS AÇÕES DE FORMAÇÃO	20
X	AÇÕES DE FORMAÇÃO POR JURISDIÇÃO	21
10.1	TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS	22
10.2	TRIBUNAIS JUDICIAIS	26
10.2.1	<i>Categoria: Jurisdição Civil, Processual Civil e Comercial</i>	<i>26</i>
10.2.2	<i>Categoria: Jurisdição Penal e Processual Penal</i>	<i>29</i>
10.2.3	<i>Categoria: Jurisdição de Família e Crianças.....</i>	<i>31</i>
10.2.4	<i>Categoria: Jurisdição Laboral.....</i>	<i>33</i>
10.3	OUTRAS AÇÕES DE FORMAÇÃO	35
XI	CURSOS A DISTÂNCIA.....	39

II Preocupações centrais na organização das ações de formação

A primeira orientação seguida na preparação do Plano de Formação foi a de dar satisfação às solicitações dos Conselhos Superiores.

A seleção dos temas das ações de formação foi feita após audição do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Conselho Superior do Ministério Público, bem como da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, da Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal e do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Foram ainda ouvidas outras pessoas e entidades, designadamente Juizes e responsáveis portugueses em tribunais e organizações internacionais, os quais transmitiram as suas preocupações e ideias nomeadamente quanto à incidência de recursos nos tribunais internacionais e tribunais superiores portugueses.

Existe a preocupação de não repetir ações anteriormente realizadas e de consagrar o CEJ como instituição de formação no domínio dos novos diplomas legislativos.

Pretende ainda contribuir-se, através do Plano de Formação Contínua, para a conjugação de distintas áreas do CEJ até agora claramente separadas, especialmente a formação inicial e a formação contínua.

Seguindo a experiência da execução dos Planos de Atividades de 2012-2013 e de 2013-2014, as estratégias formativas assentam nos seguintes eixos:

- Preparação de dossiers de formação e utilização da página do CEJ como instrumento de divulgação dos elementos formativos
- Audição prévia dos magistrados inscritos quanto às questões e preocupações que pretendem ver abordadas: estabeleceu-se o procedimento a cumprir na preparação de cada ação de formação, assente no diálogo com os magistrados inscritos, os quais são consultados previamente, por e-mail, acerca das questões práticas que pretendem ver debatidas durante a ação
- Orientação ao caso
- Definição de um modelo formativo próprio, profissional e não académico
- Conjugação de saberes. Em especial, reforça-se a colaboração de profissionais cuja atividade profissional caracteriza o pluralismo social. Engenheiros, arquitetos, médicos, enfermeiros, entre outros profissionais, são assim chamados a colaborar nas ações de formação para magistrados

Continua a aposta nas novas tipologias de formação à distância, designadamente as ações por videoconferência e as vídeo-gravações das ações de formação, as quais constituem já uma promissora biblioteca digital.

Para este efeito, foi definido um modelo de organização e apresentação dos materiais formativos – modelo que será aplicado aos diversos tipos de produtos formativos: vídeos, livros digitais, publicações em papel e na Internet.

III Aspectos gerais

O Plano Anual de Formação Contínua visa, nos termos do n.º 1 do artigo 73º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, o desenvolvimento das capacidades e competências adequadas ao desempenho profissional e à valorização pessoal, ao longo da carreira de Magistrado, nomeadamente:

- A atualização, o aprofundamento e a especialização dos conhecimentos técnico-jurídicos relevantes para o exercício da função jurisdicional
- O desenvolvimento dos conhecimentos técnico-jurídicos em matéria de cooperação judiciária europeia e internacional
- O aprofundamento da compreensão das realidades da vida contemporânea, numa perspetiva multidisciplinar
- A sensibilização para novas realidades com relevo para a prática judiciária
- O aprofundamento da análise da função social dos Magistrados e o seu papel no âmbito do sistema constitucional
- A compreensão do fenómeno da comunicação social, no contexto da sociedade de informação
- O exame de temas e questões de ética e deontologia profissionais, de forma a proporcionar a aproximação e o intercâmbio de experiências individuais entre os diversos agentes que interagem na administração da justiça e um eficiente relacionamento pessoal e interinstitucional
- Uma cultura judiciária de boas práticas.

IV Orientações para a definição de um modelo pedagógico e de comunicação

A experiência recolhida nos últimos anos permite retirar as seguintes conclusões, também evidenciadas pelos Conselhos Superiores:

- É necessário evitar a organização de demasiadas ações de formação contínua
- É conveniente, na medida do possível, realizar mais ações descentralizadas, à imagem do modelo adaptado para a formação no novo processo civil

Quanto à localização das ações de formação, continuará a privilegiar-se a realização de sessões nos grandes centros urbanos.

Vai apostar-se na realização de sessões por videoconferência para os tribunais, de modo a permitir que os magistrados possam conjugar a atividade profissional com a formação.

Será divulgada uma lista dos locais abrangidos com a abertura de inscrições para cada ação de formação.

Para este efeito, mantêm-se as parcerias existentes, designadamente com a DGAJ, IGFEJ, Justiça TV, FCCN e Google.

Vai igualmente apostar-se na utilização dos meios de formação à distância, de modo a facilitar a autoformação e a conjugação entre a vida particular e as necessidades de formação.

O modelo de formação adotado será, assim, baseado quer em dossiers de formação prévios a cada ação (com jurisprudência, legislação e outros elementos documentais relevantes), quer numa escolha criteriosa e variada de formadores.

Nessa escolha, em especial, vai continuar a privilegiar-se, a preocupação em trazer ao CEJ magistrados dos tribunais superiores e em associar académicos de grande mérito.

Continuar-se-á o caminho prosseguido nos últimos dois anos, utilizando a página do CEJ como repositório científico dos textos, apresentações e outros documentos relativos a cada uma das ações de formação.

Em especial, tomam-se em consideração os seguintes elementos:

- Visualizações da página do CEJ, designadamente a partir dos países de língua oficial portuguesa;
- Descarregamentos de Guias Práticos, e-books, Dossiers de Formação e outros elementos constantes da página do CEJ.

Projeta-se a conclusão de diversos livros digitais, correspondentes às mais importantes ações de formação realizadas durante o anterior e o novo Plano de Formação.

Utilizam-se os recursos existentes do IGFEJ, DGAJ e FCCN, com significativas poupanças e ganhos acrescidos de eficiência e qualidade.

V Termos de referência e justificação

Algumas das preocupações a ter na preparação das ações de formação encontram-se contempladas em regulamentos internos relativos à sua criação, nomeadamente:

- Evitar o desperdício da experiência e do conhecimento, de tal modo que, como acima referido, todos os documentos, apresentações, estatísticas e jurisprudência recolhidos para uma ação de formação são objeto de avaliação sistemática tendo em vista a elaboração de livros digitais ou em papel;
- Contribuir para uma reflexão que conjugue os saberes e competências especializadas de outras instituições públicas, quer do Ministério da Justiça quer dos tribunais, beneficiando ainda do aconselhamento de portugueses em exercício de funções em organizações internacionais;
- Contribuir para fornecer aos magistrados elementos que possam ser relevantes para a decisão, designadamente a jurisprudência dos tribunais superiores portugueses e dos tribunais internacionais;
- As ações de formação presencial são gravadas e os vídeos disponibilizados conjuntamente com o dossier de formação a todos os magistrados;
- Esta informação, para credibilização da função e dos magistrados, deve estar acessível igualmente aos não magistrados – exceto quando, pela natureza das questões a estudar, tal não seja recomendável;
- Potenciar a elaboração de minutas de despacho e padronizar, sempre que conveniente, os procedimentos, com potenciais ganhos de eficiência.

Definiu-se a seguinte metodologia para a preparação do dossier de formação, completado antes de cada ação: Direito europeu e jurisprudência dos seus órgãos; Jurisprudência do TEDH e de outras instituições internacionais dos direitos do homem; Jurisprudência do Tribunal Constitucional selecionada; Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça selecionada; Estatísticas da Justiça (se aplicável); Estudos e informações de outras instituições de referência – reguladores, etc. (se aplicável).

Neste sentido, o reforço da formação no direito europeu – tanto na sua vertente processual como na sua vertente substantiva – será uma preocupação primeira dos programas formativos do CEJ.

Entre estas inovações, sublinha-se as intervenções e vídeo-gravações de fora de Portugal, de que é exemplo a intervenção do juiz português do TEDH em sessão de formação sobre a jurisprudência daquele tribunal.

O caráter pioneiro das metodologias utilizadas foi reconhecido pela Rede de Formação Judiciária Europeia como modelo a utilizar futuramente em ações da Rede.

VI Formação presencial

Apesar da disponibilidade manifestada junto dos Conselhos Superiores, não foi possível concluir uma alteração da tipologia de ações e sua efetiva avaliação.

Foi colocada aos Conselhos Superiores e consta do Plano Estratégico a possibilidade de introduzir mecanismos de avaliação no final de cada ação de formação, de modo a distinguir de modo claro a simples presença em ações de formação dos diplomas de aproveitamento. No entanto, a alteração do sistema de acreditação das ações de formação contínua organizadas pelo CEJ só avançará com o consenso dos Conselhos Superiores.

A inscrição nas ações de formação será aberta a todos os magistrados, independentemente da respetiva jurisdição.

De outro lado, o CEJ voltou a reiterar a sua disponibilidade junto do Conselho Superior da Magistratura para definir o perfil dos cursos de formação especializada.

Dando continuidade à aposta feita pelo CEJ nos últimos anos, as ações de formação contínua presenciais – com exceção para as ações de formação da Tipologia D, pelo caráter de *workshop* que têm - serão alvo de transmissão para diversos locais/ Tribunais do País, por forma a minimizar os efeitos da deslocação dos Magistrados para fora dos Tribunais onde exercem funções, sem o conseqüente prejuízo de agenda e despesas para o Estado.

- Tipo A – Colóquios, 1 dia
- Tipo B – Seminários, 2 dias
- Tipo C – Cursos de Especialização, 3 a 5 dias
- Tipo D – *Workshops*, Ateliês
- Tipo E – Cursos on-line

Circunstâncias supervenientes poderão levar a eventuais alterações de datas e locais de realização das ações de formação contínua elencadas no presente Plano de Formação.

VII Vagas

As vagas são definidas para cada ação de formação, por magistratura, dentro de cada uma das tipologias apresentadas e surgem por local onde a ação de formação será realizada, e, bem assim, para cada local onde poderá haver receção por videoconferência.

As vagas serão distribuídas da seguinte forma:

Tipo A – formação presencial – 200 vagas (100 vagas para Juízes; 100 vagas para Magistrados do Ministério Público).

As ações de formação A7, A9, A11, A14, A16, A19 e A20 terão 170 vagas para formação presencial (85 vagas para Juízes e 85 vagas para Magistrados do Ministério Público).

Tipo B – formação presencial – 200 vagas (100 vagas para Juízes; 100 vagas para Magistrados do Ministério Público).

A ação de formação B7 terá 170 vagas para Magistrados – 85 vagas para Juízes e 85 vagas para Magistrados do Ministério Público).

Tipo C – 160 vagas para formação presencial (80 vagas para Juízes e 80 vagas para Magistrados do Ministério Público).

Tipo D – 70 vagas para Magistrados – 35 vagas para Juízes e 35 vagas para Magistrados do Ministério Público.

As ações de formação com previsão de transmissão a distância terão 30 vagas para cada local, sendo 15 vagas para Juízes e 15 vagas para Magistrados do Ministério Público.

A existência de menos de 5 inscritos por local de receção da formação a distância, poderá originar a deslocação dos inscritos para outro local.

As ações de formação da Jurisdição Comum terão, em princípio, transmissão a distância para 10 locais, para além das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (cuja situação de transmissão é considerada pontualmente). Os locais serão:

- Faro/ Loulé/ Portimão
- Beja/ Évora/ Portalegre
- Leiria
- Castelo Branco/ Covilhã
- Coimbra
- Guarda/ Viseu
- Aveiro

- Porto
- Bragança/ Vila Real
- Braga/ Viana do Castelo

A definição do concreto local de receção de transmissão é feita pelo CEJ após apuramento pelos Conselhos Superiores do número de inscritos (Ex: quem se inscreva para uma ação de formação a ser rececionada por videoconferência/CEJTV/JustiçaTV em Faro/ Loulé/ Portimão, receberá oportunamente a indicação do concreto Tribunal em que tal receção terá lugar).

No caso das ações de formação a realizar fora de Lisboa, e que tenham transmissão a distância, a receção dessa transmissão será feita nas instalações do CEJ, em Lisboa, para os Magistrados desta zona geográfica.

As ações de formação da Jurisdição Administrativa e Fiscal terão transmissão a distância para os Tribunais Administrativos e Fiscais de Beja, Castelo Branco, Coimbra, Loulé, Mirandela e Porto.

VIII Inscrições

- 1) Conforme o artigo 77º da Lei nº 2/2008, de 14 de janeiro, *Os Magistrados que pretendam participar nas atividades de formação requerem a respetiva autorização aos Conselhos Superiores da Magistratura, dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Ministério Público, até ao dia 30 de setembro.*
- 2) As inscrições de Magistrados nas ações de formação previstas no Plano de Formação Contínua do Centro de Estudos Judiciários para 2014-2015 decorrerão de acordo com os prazos que vierem a ser estipulados por cada Conselho Superior.
- 3) Os Juízes da jurisdição comum e os Magistrados do Ministério Público deverão inscrever-se através do preenchimento de formulário *on-line* a ser disponibilizado pelo Conselho Superior da Magistratura e pela Procuradoria-Geral da República, respetivamente.
- 4) Os Juízes dos Tribunais Administrativos e Fiscais deverão preencher a ficha de inscrição divulgada pelo CEJ junto com o Plano de Formação Contínua e remetê-la ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, no prazo fixado.
- 5) Considerando os distintos locais para os quais poderá haver transmissão à distância de cada uma das ações de formação, as inscrições deverão ser feitas com a indicação do local onde os participantes pretendem assistir, tendo por base as orientações específicas dadas pelos respetivos Conselhos Superiores nesta matéria.
- 6) Terminado o prazo de inscrições, cada um dos Conselhos Superiores informará o CEJ das autorizações concedidas e este, por sua vez, dará conhecimento aos interessados das ações que estão autorizados a frequentar, sem prejuízo das comunicações efetuadas por cada Conselho Superior.
- 7) As inscrições dos restantes profissionais, não profissionais, decorrerão aquando da divulgação do programa detalhado de cada ação de formação contínua, de acordo com metodologia a divulgar oportunamente.
- 8) Juízes Conselheiros e Juízes Desembargadores poderão inscrever-se para qualquer das ações de formação contínua aqui elencadas, junto do Centro de Estudos Judiciários, para o endereço de correio eletrónico formacao-def@mail.cej.mj.pt ou por fax 218845615.

O Centro de Estudos Judiciários, a pedido do interessado, certificará a frequência das ações de formação contínua.

IX Ações de Formação por Tipologia

9.1 Ações de Formação Contínua Tipo A – Colóquios de 1 dia

9.1.1 Metodologia

Conferências de um dia, seguidas de debate entre os participantes ou intervenções de fundo e mesas temáticas, com abordagem de matérias e ou questões previamente recolhidas junto dos Juizes e Magistrados do Ministério Público inscritos.

9.1.2 Destinatários

As ações de formação contínua Tipo A são, na sua maioria, destinadas a Juizes, Magistrados do Ministério Público, Advogados e a outros profissionais da área forense.

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo A

Tipologia e nome da AFC		Local	Data	Obs.
A1	Tráfico de seres humanos	Lisboa	31 out 2014	Com transmissão
A2	Recursos em processo administrativo e tributário	Lisboa	21 nov 2014	Com transmissão
A3	Negociação/Contratação Coletiva	Lisboa	28 nov 2014	Com transmissão
A4	O regime geral das contraordenações e as contraordenações administrativas e fiscais	Coimbra	5 dez 2014	Com transmissão
A5	Direito Europeu: análise de diversos Regulamentos Europeus em matéria de competência internacional, responsabilidade contratual e extracontratual e direito sucessório	Lisboa	12 dez 2014	Com transmissão
A6	Stress, doença mental e suicídio relacionados com o ambiente de trabalho	Lisboa	9 jan 2015	Com transmissão
A7	Técnicas de inquirição e interrogatório em processo penal	Lisboa	16 jan 2015	Sem transmissão
A8	Principais novidades do Orçamento de Estado para 2015	Lisboa	30 jan 2015	Com transmissão
A9	A intervenção protetiva do Estado – as CPCJ e os Tribunais	Lisboa	20 fev 2015	Com transmissão
A10	A Reforma do IRS	Lisboa	20 fev 2015	Com transmissão
A11	Responsabilidade civil contratual e extracontratual do Estado (a defesa dos interesses privados do Estado pelo Ministério Público)	Lisboa	6 março 2015	Com transmissão
A12	Produção, apreciação e valoração da prova em julgamento no processo penal	Lisboa	13 mar 2015	Com transmissão
A13	As novas Diretivas sobre Contratação Pública	Lisboa	20 mar 2015	Com transmissão
A14	Direito do Consumidor: Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro (transposição da Diretiva Europeia n.º 2011/83/EU)	Lisboa	20 mar 2015	Com transmissão
A15	Direito das Expropriações	Porto	24 abril 2015	Com transmissão
A16	Adoção	Comarca de Évora	15 maio 2015	Com transmissão

A17	Direito Penitenciário e de Execução de Penas	Comarca de Coimbra	22 maio 2015	Com transmissão
A18	O Reenvio Prejudicial	Lisboa	5 junho 2015	Com transmissão
A19	Direito Societário e Comercial	Lisboa	12 jun 2015	Com transmissão
A20	Os comportamentos desviantes da criança/jovem e as instâncias informais e formais de controlo - trajetórias e intervenções	Comarca de Braga	19 jun 2015	Com transmissão
A21	Direito Penal Europeu e jurisprudência constitucional e internacional penal e processual penal	Lisboa	3 julho 2015	Com transmissão

9.2 Ações de Formação Contínua Tipo B – Seminários

9.2.1 Metodologia

Pretende-se o desenvolvimento de várias vertentes de um mesmo tema central, tendo como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

9.2.2 Destinatários

As ações de formação Tipo B são destinadas a Juízes, Magistrados do Ministério Público e a outros profissionais da área forense.

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo B

	Tipologia e nome da AFC	Local	Data	Obs.
B1	Direito do Desporto – áreas civil, criminal, laboral, administrativa e fiscal	Lisboa	9 e 10 out 2014	Com transmissão
B2	Código de Procedimento Administrativo	Lisboa	6 e 7 nov 2014	Com transmissão
B3	Violência doméstica e de género e mutilação genital feminina	Lisboa	28 nov, 5 dez 2014	Com transmissão
B4	Direito da Concorrência	Lisboa	29 e 30 jan 2015	Com transmissão
B5	A Reforma do Direito Processual Administrativo	Lisboa	12 e 13 fev 2015	Com transmissão
B6	Crianças e Jovens em situação de particular vulnerabilidade	Lisboa	16 e 17 abril 2015	Sem transmissão
B7	Criminalidade económico-financeira e recuperação dos produtos do crime	Lisboa	17 e 24 abril 2015	Sem transmissão
B8	Trabalho Digno, Trabalho no Domicílio, Mobilidade Geográfica - Conferência em colaboração com a OIT	Lisboa	23 e 24 abril 2015	Com transmissão
B9	Curso Breve de Inglês Jurídico	Lisboa e Coimbra	A definir, a partir janeiro 2015	Sem transmissão
B10	Curso Avançado de Inglês Jurídico	Lisboa	A definir, a partir janeiro 2015	Sem transmissão

9.3 Ações de Formação Contínua Tipo C – Cursos de Especialização

9.3.1 Metodologia

Curso aprofundado de 3 ou mais dias de formação que visa o aprofundamento dos conhecimentos dos participantes, numa perspetiva de aplicação judiciária das matérias.

9.3.2 Destinatários

Os Cursos de Especialização (ações de formação contínua Tipo C) são, tendencialmente, reservados a Juizes e Magistrados do Ministério Público.

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo C

	Tipologia e nome da AFC	Local	Data	Obs.
C1	O Ministério Público na Justiça Administrativa ¹	Lisboa	17, 24, 31 out 2014	Sem transmissão
C2	O Ministério Público na Justiça Laboral ¹	Lisboa	10, 17, 24, 31 out 2014	Sem transmissão
C3	Temas de Direito Penal e Processual Penal	Lisboa	6, 13, 20, 27 fev 2015	Com transmissão
C4	Temas de Direito da Família e das Crianças	Lisboa	6, 13, 20, 27 março 2015	Com transmissão
C5	Temas de Direito Civil: Direito das Garantias, Direito dos Seguros e Propriedade Horizontal	Lisboa	8, 15, 22, 29 maio 2015	Com transmissão
C6	Temas de Direito Administrativo	Lisboa	8, 15, 22, 29 maio 2015	Com transmissão
C7	Temas de Direito Laboral	Lisboa	5, 12, 19, 26 junho 2015	Com transmissão
C8	Temas de Direito Tributário	Lisboa	5, 12, 19, 26 junho 2015	Com transmissão

¹ Os participantes/ destinatários são indicados pelo CSMP

9.4 Ações de Formação Contínua Tipo D – *Workshops*

9.4.1 Metodologia

Cursos práticos e em pequenos grupos, visando o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de funções dos magistrados e a aprovação de guias de boas práticas.

9.4.2 Destinatários

As ações de formação contínua Tipo D são, na maioria, destinadas a Juízes e Magistrados do Ministério Público e abertas também a outros profissionais da área forense.

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo D

	Tipologia e nome da AFC	Local	Data	Obs.
D1	A aplicação do Código de Processo Civil nos Tribunais Administrativos e Fiscais	A definir	A definir	Sem transmissão
D2	Métodos de Organização e Gestão Processual no âmbito da Nova Organização Judiciária (MP)	Lisboa	21 nov 2014	Sem transmissão
D3	Recursos e sua Apreciação em Direito e Processo Civil	Coimbra	9 jan 2015	Sem transmissão
D4	Ética e Deontologia Profissional	Lisboa	16 jan 2015	Sem transmissão
D5	Temas de Processo Executivo	Lisboa	23 jan 2015	Sem transmissão
D6	Gestão Processual (MJ)	Lisboa	23 jan 2015	Sem transmissão
D7	Fundamentação das decisões jurídicas e discurso judiciário	Lisboa	30 jan 2015	Sem transmissão
D8	A Reforma do Direito Processual Administrativo	Loulé	6 mar 2015	Sem transmissão
		Lisboa	13 mar 2015	
		Porto	27 mar 2015	
		Coimbra	10 abril 2015	
D9	Processo Especial de Revitalização	Leiria	17 abril 2015	Sem transmissão
		Lisboa	10 abril 2015	
D10	Comunicar a Justiça	Lisboa	26 jun 2015	Sem transmissão
D11	Inspeções e Classificações	Lisboa	10 julho 2015	Sem transmissão
D12	Imagem e Voz	Lisboa	10 julho 2015	Sem transmissão

9.5 Ações de Formação Contínua Tipo E – Cursos on-line

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo E

Cursos on-line
▪ Recuperação de Ativos (com avaliação) – início a 14 novembro 2014
▪ Inglês Jurídico (<i>b-learning</i>) (com avaliação) – início a partir de janeiro 2015, em data a indicar

9.6 Outras Ações de Formação

Jurisdição Laboral

- Iniciativas subordinadas a temas como *Cinema e Mundo Laboral* ou *Literatura e Mundo Laboral*, em moldes a indicar

Outras

- Gestão do Stress (data a indicar)
- História Judiciária (data a indicar)
- O papel dos Tribunais nas sociedades contemporâneas (data a indicar)

X Ações de Formação por Jurisdição

10.1 Tribunais Administrativos e Fiscais

- Tipo A¹

Tema: Recursos em processo administrativo e tributário

Objetivos Analisar o regime de recursos jurisdicionais nos processos administrativos e tributários, na ótica das recentes alterações introduzidas pela lei processual civil e das especificidades previstas nas leis de processo administrativo e fiscal.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e Auditores do 3º Curso dos TAF.

Data e local Lisboa, 21 de novembro 2014

Tema: O regime geral das contraordenações e as contraordenações administrativas e fiscais

Objetivos Analisar o regime geral das contra-ordenações, assim como as especificidades das contra-ordenações tributárias e as alterações legislativas que visam conferir competência aos Tribunais Administrativos em matéria de contra-ordenações administrativas.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e Auditores do 3º Curso dos TAF.

Data e local Coimbra, 5 de dezembro 2014

Tema: Principais novidades do Orçamento de Estado para 2015

Objetivos Analisar as mais significativas alterações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2015 em matéria fiscal, numa lógica transversal ao sistema fiscal e às diversas realidades sujeitas a imposto.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e Auditores do 3º Curso dos TAF.

Data e local Lisboa, 30 de janeiro 2015

Tema: A Reforma do IRS

Objetivos Analisar as mais significativas alterações introduzidas ao imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e Auditores do 3º Curso dos TAF.

Data e local Lisboa, 20 de fevereiro 2015

¹ Colóquios de 1 dia

Tema: As novas Diretivas sobre Contratação Pública

Objetivos Analisar as novidades introduzidas pelas mais recentes Diretivas europeias em matéria de Contratação Pública e sua relevância no âmbito do Código dos Contratos Públicos.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e Auditores do 3º Curso dos TAF.

Data e local Lisboa, 20 de março 2015

Tema: Direito das Expropriações

Objetivos Analisar as mais significativas alterações legislativas em matéria de direito das expropriações, na ótica do alargamento de competência jurisdicional dos Tribunais Administrativos. Além da análise dos aspetos gerais de alteração ao direito das expropriações, pretende-se a análise do regime da expropriação pelo sacrifício e dos critérios para a fixação da justa indemnização por expropriação, dotando os Tribunais Administrativos dos conhecimentos necessários à interpretação e aplicação do novo regime legal.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e Auditores do 3º Curso dos TAF.

Data e local Porto, 24 de abril 2014

- **Tipo B²**

Tema: Código de Procedimento Administrativo

Objetivos Analisar as alterações introduzidas ao Código de Procedimento Administrativo, nas suas questões centrais e mais relevantes, no âmbito da atuação da Administração Pública e com relevo para os Tribunais Administrativos e Fiscais.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e Auditores do 3º Curso dos TAF.

Data e local Lisboa, 6 e 7 de novembro 2014

Tema: A Reforma do Direito Processual Administrativo

Objetivos Analisar as alterações introduzidas no âmbito do projeto de reforma do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, enquanto diplomas estruturantes para os Tribunais Administrativos e Fiscais, delimitadoras da sua atuação funcional.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e Auditores do

² Seminários de 2 dias

3º Curso dos TAF.

Data e local Lisboa, 12 e 13 de fevereiro 2015

- **Tipo C³**

Tema: Temas de Direito Administrativo

Objetivos Analisar as mais relevantes questões que se colocam ao Direito Administrativo do século XXI, perante o enquadramento legal da atualidade, onde tantas alterações legislativas, ao direito substantivo e ao direito procedimental e processual, se encontram em curso.

A atualidade dita novos desafios aos Tribunais Administrativos enquanto intérpretes e aplicadores dos diversos institutos do direito administrativo.

Além das questões relativas aos vários regimes jurídicos dos licenciamentos, como o Licenciamento zero, os Licenciamentos industriais e os Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN), importa retomar os temas clássicos do direito administrativo, da caducidade, revogação, renovação e transmissão da posição do titular do direito, à luz desses novos regimes jurídicos.

Além disso, constitui desafio da atualidade compreender e interpretar o direito da função pública, no âmbito da relação jurídica de emprego público, assim como ao regime jurídico dos acidentes em serviço.

Merece atenção a temática da responsabilidade civil por erro médico e pelos danos decorrentes da função jurisdicional, assim como as recentes alterações em matéria de direito do ordenamento do território, urbanismo e ambiente.

Os procedimentos administrativos especiais, disciplinar e pré-contratual, serão igualmente objeto de análise, à luz das alterações ao Código de Procedimento Administrativo.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e Auditores do 3º Curso dos TAF.

Data e local Lisboa, 8, 15, 22 e 29 de maio 2015

Tema: Temas de Direito Fiscal

Objetivos Analisar as mais relevantes questões que se colocam ao Direito Tributário, perante o enquadramento legal da atualidade, sob influência do direito internacional e europeu e onde imperam alterações legislativas ao direito substantivo.

Além da análise da recente reforma do regime jurídico do IRC, releva analisar o regime jurídico do IVA, dos Impostos sobre o património e ainda dos Impostos especiais sobre o consumo.

O regime jurídico das taxas deverá igualmente merecer atenção, assim como as questões relevantes relativas à relação jurídica contributiva na Segurança Social.

Os temas da simulação fiscal, da insolvência no direito e no processo tributário, da qualificação e tributação da atividade artística, das manifestações de fortuna, da derrogação do sigilo bancário e do direito fiscal aduaneiro, serão igualmente analisados, dando resposta às principais

³ Cursos de Especialização

necessidades formativas.

Questões relativas ao direito procedimental e processual tributário deverão igualmente ser objeto de análise, visando a transversalidade da formação dos Juízes e Magistrados dos Tribunais Tributários.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e Auditores do 3º Curso dos TAF.

Data e local Lisboa, 5, 12, 19 e 26 junho 2015

Tema: O Ministério Público na Justiça Administrativa

Objetivos Considerando a especificidade do regime de nomeação dos magistrados do Ministério Público perante os Tribunais Administrativos e Fiscais e a complexidade e grande dispersão de causas e das competências do Ministério Público, pretende-se oferecer um curso intensivo especialmente dirigido a magistrados recentemente nomeados.

Destinatários Magistrados do Ministério Público recém nomeados para exercício de funções na jurisdição administrativa/tributária.

Data e local Lisboa, 17, 24 e 31 de outubro 2014

- **Tipo D⁴**

Tema: A aplicação do Código de Processo Civil nos Tribunais Administrativos e Fiscais

Objetivos Analisar e discutir sobre a experiência da aplicação do novo Código de Processo Civil na Jurisdição Administrativa e Fiscal.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Datas e locais A definir

Tema: A Reforma do Direito Processual Administrativo

Objetivos Debater e analisar as alterações introduzidas no âmbito do projeto de reforma do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, enquanto diplomas estruturantes para os Tribunais Administrativos e Fiscais, delimitadoras da sua atuação funcional.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Data e local Loulé, 6 de março; Lisboa, 13 de março; Porto, 27 de março; Coimbra, 10 de abril; Leiria, 17 de abril 2015

⁴ *Workshops*

10.2 Tribunais Judiciais

10.2.1 Categoria: Jurisdição Civil, Processual Civil e Comercial

- Tipo A¹

Tema: Direito Europeu: análise de diversos Regulamentos Europeus em matéria de competência internacional, responsabilidade contratual e extracontratual e direito sucessório

Objetivos Análise, debate e aprofundamento de temas de *Direito Europeu*, conferindo-se especial ênfase ao Regulamento (CE) n.º 593/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17.6.2008, sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (“Roma I”), ao Regulamento (CE) n.º 864/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11.7.2007, relativo à lei aplicável às obrigações extracontratuais (“Roma II”), ao Regulamento (UE) n.º 1215/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12.12.2012 (a entrar em vigor em 10.1.2015), relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial, o qual procedeu à reformulação do Regulamento (CE) n.º 44/2001, do Conselho, de 22.12.2000 (“Bruxelas I”) e ao Regulamento (UE) n.º 650/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4.7.2012, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução de decisões, à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu (aplicável às sucessões abertas a partir de 17.08.2015)

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Lisboa, 12 de dezembro 2014

Tema: Responsabilidade civil contratual e extracontratual do Estado (a defesa dos interesses privados do Estado pelo Ministério Público): o arrendamento, a injunção e o erro judiciário

Objetivos Analisar e debater a responsabilidade civil contratual e extracontratual do Estado, de vários prismas, designadamente do ponto de vista da defesa dos interesses privados do Estado pelo Ministério Público, em matérias como o arrendamento, a injunção e o erro judiciário.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense. Auditores de Justiça do 31º Curso de Formação de Magistrados.

Data e local Lisboa, 6 de março 2014

Tema: Direito do Consumidor: Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro (transposição da Diretiva Europeia n.º 2011/83/EU)

Objetivos Abordagem de diversas problemáticas do *Direito do Consumidor*, com especial enfoque nas alterações introduzidas pela **Lei n.º 47/2014, de 28 de julho** à **Lei n.º 24/96, de 31 de julho** e no **Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro** (transposição da Diretiva Europeia n.º 2011/83/EU), o qual introduziu novas regras para os contratos celebrados à distância e para os contratos celebrados fora dos estabelecimentos comerciais, ampliou o conteúdo da informação a disponibilizar ao consumidor e regulamentou o direito de resolução do contrato.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

¹ Colóquios de 1 dia

Audidores de Justiça do 31º Curso de Formação de Magistrados.

Data e local Lisboa, 20 de março 2015

Tema: Direito Societário e Comercial

Objetivos Análise e debate de problemas jurídicos levantados pela atual crise económico-financeira e análise, em particular, da temática da responsabilidade civil dos gerentes e administradores de sociedades comerciais.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense. Audidores de Justiça do 31º Curso de Formação de Magistrados.

Data e local Lisboa, 12 junho 2015

- **Tipo C²**

Tema: Temas de Direito Civil: Direito das Garantias, Direito dos Seguros e Propriedade Horizontal

Objetivos Abordagem sistemática de temas atuais de Direito Civil, designadamente no âmbito do *Direito das Garantias*, do *Direito dos Seguros* e da *Propriedade Horizontal*.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público.

Data e local Lisboa, 8, 15, 22 e 29 de maio 2015

- **Tipo D³**

Tema: Recursos e sua Apreciação em Direito e Processo Civil

Objetivos Análise e aprofundamento da sistemática legal dos recursos, em particular das alterações introduzidas pelo Código de Processo Civil de 2013.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Comarca de Coimbra, 9 de janeiro 2015

Tema: Temas de Processo Executivo

Objetivos Abordagem de várias temáticas de processo executivo, à luz das sucessivas reformas do Código de Processo Civil.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Lisboa, 23 de janeiro 2015

² Cursos de Especialização

³ *Workshops*

Tema: Processo Especial de Revitalização

- Objetivos** Análise, debate e resolução de questões práticas relacionadas com o processo especial de revitalização.
- Destinatários** Juízes, Magistrados do Ministério Público. Auditores de Justiça do 31º Curso de Formação de Magistrados.
- Data e local** Lisboa, 10 de abril 2015
-

10.2.2 Categoria: Jurisdição Penal e Processual Penal

- **Tipo A¹**

Tema: Tráfico de seres humanos

Objetivos Estudo e aprofundamento das temáticas relacionadas com o tráfico de seres humanos, numa perspetiva multidisciplinar.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Lisboa, 31 de outubro de 2014

Tema: Técnicas de inquirição e interrogatório em processo penal

Objetivos Reflexão sobre os diversos modos, contextos e técnicas de inquirição e interrogatório em processo penal.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Auditores de Justiça do 31º Curso de Formação de Magistrados.

Data e local Lisboa, 16 de janeiro 2015

Tema: Produção, apreciação e valoração da prova em julgamento no processo penal

Objetivos Reflexão sobre os princípios fundamentais do processo penal e das questões que se colocam aos níveis da segurança e certeza na produção, apreciação e valoração crítica da prova em julgamento e dos mecanismos disponíveis para a formação da respetiva convicção e do juízo probatório.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Lisboa, 13 de março 2015

Tema: Direito Penitenciário e de Execução de Penas

Objetivos Análise multidisciplinar dos modelos de execução de penas.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Comarca de Coimbra, 22 de maio 2015

Tema: Direito Penal Europeu e jurisprudência constitucional e internacional penal e processual penal

Objetivos Exame perspetivado pela análise de casos paradigmáticos das principais linhas de força da jurisprudência do TJ, do TEDH e do TC em matéria penal e processual penal.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Lisboa, 3 de julho 2015

¹ Colóquios de 1 dia

- **Tipo B²**

Tema: Violência doméstica e de género e mutilação genital feminina

Objetivos Abordagem da violência doméstica e de género e da mutilação genital feminina, na vertente jurídico-penal e multidisciplinar, tendo em vista o aperfeiçoamento dos mecanismos de perceção do risco e de proteção das respetivas vítimas.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Lisboa, 28 de novembro e 5 de dezembro 2014

Tema: Criminalidade económico-financeira e recuperação dos produtos do crime

Objetivos Análise e aprofundamento dos conteúdos de direito penal e processual penal aplicáveis às particularidades da criminalidade económico-financeira e estudo das fontes legislativas e jurisprudenciais relativas à recuperação dos produtos do crime.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Auditores de Justiça do 31º Curso de Formação de Magistrados.

Data e local Lisboa, 17 e 24 de abril 2015

- **Tipo C³**

Tema: Temas de Direito Penal e Processual Penal

Objetivos Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a determinadas temáticas do âmbito penal substantivo e processual que, pela sua atualidade e iminente interesse prático, mereçam um tratamento particular, bem como o estudo e aperfeiçoamento de específicos meios processuais de investigação, recolha e conservação da prova.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público.

Data e local Lisboa, 6, 13, 20 e 27 de fevereiro 2015

² Seminários de 2 dias

³ Cursos de Especialização

10.2.3 Categoria: Jurisdição de Família e Crianças

- **Tipo A¹**

Tema: A intervenção protetiva do Estado – as CPCJ e os Tribunais

Objetivos Apelo ao melhor conhecimento técnico e logístico do sistema de proteção português, edificado pela LPCJP e à eficaz operacionalização do princípio da subsidiariedade aí previsto.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense. Auditores de Justiça do 31º Curso de Formação de Magistrados.

Data e local Lisboa, 20 de fevereiro 2015

Tema: Adoção

Objetivos

- Sensibilização para a realidade polifórmica e complexa que é a adoção, instituto que convoca contributos e considerações de ordem jurídica, psicológica e sociológica;
- Diagnóstico mais aprofundado das melhores práticas administrativas e judiciárias relativas aos procedimentos referentes à adoção.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense. Auditores de Justiça do 31º Curso de Formação de Magistrados.

Data e local Comarca de Évora, 15 de maio 2015

Tema: Os comportamentos desviantes da criança/jovem e as instâncias informais e formais de controlo - trajetórias e intervenções

Objetivos Constatação das especificidades da criminalidade juvenil, com discussão de modelos de intervenção, dos constrangimentos de ação e dos desafios judiciários.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense. Auditores de Justiça do 31º Curso de Formação de Magistrados.

Data e local Comarca de Braga, 19 de junho 2015

- **Tipo B²**

Tema: Crianças e Jovens em situação de particular vulnerabilidade

Objetivos Sensibilização para o melhor diagnóstico de atípicas situações de perigo que uma criança em Portugal pode vivenciar, identificando sinais de alarme capazes de exigir a imediata e urgente intervenção do sistema de proteção em Portugal, edificado pela Lei n.º 147/99 de 1/9.

¹ Colóquios de 1 dia

² Seminários de 2 dias

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Lisboa, 16 e 17 de abril 2015

- **Tipo C³**

Tema: Temas de Direito da Família e das Crianças

Objetivos Abordagem, numa perspetiva judiciária, dos principais temas do direito da família e das crianças, a selecionar oportunamente em função da sua atualidade e interesse prático:

- a) Visão integrada e interdisciplinar sobre grandes temas do Direito da Família e das Crianças;
- b) Discussão das práticas judiciárias, com vista à desejada uniformização de procedimentos.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Lisboa, 6, 13, 20 e 27 de março 2015

³ Cursos de Especialização

10.2.4 Categoria: Jurisdição Laboral

- **Tipo A¹**

Tema: Negociação/ Contratação Coletiva

Objetivos Através desta ação pretende-se, sobretudo, dar a conhecer e discutir as controvérsias suscitadas pelas alterações legislativas referentes às convenções coletivas e seu regime de vigência, bem como dar a conhecer o estado da negociação coletiva em Portugal, os desafios e as dificuldades colocadas nesse âmbito às associações sindicais e patronais.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Lisboa, 28 de novembro 2014

Tema: Stress, doença mental e suicídio relacionados com o ambiente de trabalho

Objetivos Esta ação pretende chamar a atenção sobre a importância das condições em que se desenvolve o trabalho, em termos de saúde física e mental dos trabalhadores. Em particular, pretende-se alertar para os riscos psico-sociais e para a sinistralidade laboral decorrentes de um ambiente de trabalho marcado pelo stress, trabalho monótono e repetitivo e pela violação dos direitos de personalidade do trabalhador.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Lisboa, 9 de janeiro 2015

- **Tipo B²**

Tema: Conferência em colaboração com a OIT incluída no Catálogo + da Rede Europeia de Formação Judiciária (Trabalho Digno, Trabalho no Domicílio. Mobilidade Geográfica)

Objetivos Nesta ação de formação pretende-se proporcionar aos formandos uma reflexão sobre temas relevantes de direito internacional e direito europeu do trabalho, com apelo, designadamente, às convenções a OIT e sua aplicação pelos tribunais de trabalho portugueses. Nessa linha abordar-se-ão, igualmente, as principais áreas do direito europeu em matéria laboral, assim como as matérias que nesse domínio vêm suscitando mais controvérsia a nível jurisprudencial e doutrinário.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Lisboa, 23 e 24 de abril 2015

¹ Colóquios

² Seminários de 2 dias

- **Tipo C³**

Tema: O Ministério Público na Justiça Laboral

Objetivos Facultar uma adequada compreensão e modo de exercício das funções do Ministério Público na jurisdição laboral, nas suas várias vertentes, bem como fornecer elementos documentais úteis para o início de funções nos Juízos do Trabalho, bem como nos do Comércio, relativamente às questões do direito do trabalho.

Destinatários Magistrados do Ministério Público recentemente colocados nos Tribunais de Trabalho.

Data e local Lisboa, 10, 17, 24 e 31 de outubro 2014

Tema: Temas de Direito Laboral

Objetivos Nesta ação de formação procura-se proporcionar aos formandos uma reflexão sobre os temas que mais frequentemente constituem objeto de discussão nas causas laborais, contribuindo assim para o aprofundamento dos conhecimentos práticos necessários ao exercício de funções na jurisdição do trabalho. Paralelamente pretende-se também abordar as questões emergentes das mais recentes alterações da legislação e da jurisprudência recente do Tribunal Constitucional, bem como analisar as repercussões de fenómenos mais recentes do mercado laboral nas relações jurídicas entre empregadores e trabalhadores.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público.

Data e local Lisboa, 5, 12, 19 e 26 de junho 2015

³ Cursos de especialização

10.3 Outras Ações de Formação

- **Tipo A¹**

Tema: O Reenvio Prejudicial

Objetivos Proporcionar formação sobre os termos e condições em que o juiz nacional pode – e deve – suscitar, designadamente na interpretação e apreciação de validade do direito europeu, reenvio prejudicial perante os Tribunais da ordem jurídica da União Europeia.

Destinatários Juízes, Magistrados do Ministério Público, Advogados e outros profissionais da área forense

Data e local Lisboa, 5 de junho 2015

- **Tipo B²**

Tema: Direito do Desporto – áreas civil, criminal, laboral, administrativa e fiscal

Objetivos Pretende-se a análise conjunta de várias questões relacionadas com o fenómeno desportivo, transversais às variadas áreas do Direito e a diversa ordem de Tribunais e de Magistrados, organizadas sob a ótica da especialização deste sub-ramo do direito.

Versando sobre diversos temas, que vão desde o regime jurídico da violência associada ao fenómeno desportivo e das medidas de segurança em recintos desportivos, às questões sobre o contrato de seguro desportivo, aos direitos de imagem e de publicidade dos agentes desportivos, ao regime jurídico do contrato de trabalho desportivo e as cláusulas de rescisão, ao regime fiscal das transferências, a taxa de IVA por provas e manifestações desportiva e ao regime fiscal das Sociedades Anónimas Desportivas, o seminário debruçar-se-á ainda sobre outras realidades da atualidade, decorrentes da recente alteração à Lei de criação do Tribunal Arbitral do Desporto, com efeitos na delimitação da competência dos Tribunais Administrativos e do recente fenómeno da manipulação de resultados (*match fishing*).

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e dos Tribunais em matéria civil, penal e do trabalho e Auditores do XXXI e 3º Cursos.

Data e local: Lisboa, 9 e 10 de outubro 2014

Tema: Direito da Concorrência

Objetivos Análise de temas do *Direito da Concorrência*, nas vertentes substantiva e processual e abordagem da correspondente jurisprudência nacional, da União Europeia e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

Data e local Lisboa, 29 e 30 de janeiro 2015

¹ Colóquios de 1 dia

² Seminários de 2 dias

Tema: Inglês Jurídico – Curso Breve – Curso presencial de 8 sessões, 2 por semana

Objetivos Possibilitar aos interessados o aperfeiçoamento das suas competências no domínio da língua inglesa e o desenvolvimento das suas capacidades de expressão escrita e oral, apetrechando-os com o vocabulário técnico-jurídico comumente utilizado em áreas jurisdicionais, em especial nas áreas civil, penal e laboral, através da leitura de textos jurídicos, de debates e de exercícios orais e escritos a partir, nomeadamente, da simulação de atos.

Destinatários Juízes, Magistrados do Ministério Público, Advogados e outros profissionais da área forense

Data e local janeiro a julho de 2015, previsivelmente. Horário pós-laboral, das 18h30 às 20h00.

Metodologia: dependendo do total de inscritos, serão compostos grupos de 15 participantes, sendo que cada grupo participará em oito unidades letivas, que decorrerão em dois dias por semana – segundas e terças-feiras –, na sede do CEJ, no Largo do Limoeiro, em Lisboa.

Os inscritos realizarão um teste prévio de aferição de conhecimentos, sendo os cursos a realizar divididos em três (3) níveis: nível I - conhecimentos elementares; nível II - conhecimentos médios; nível III - bons conhecimentos.

Tema: Inglês Jurídico – Curso Breve – Curso presencial de 3 sessões, 1 por semana

Objetivos Possibilitar aos interessados o aperfeiçoamento das suas competências no domínio da língua inglesa e o desenvolvimento das suas capacidades de expressão escrita e oral, apetrechando-os com o vocabulário técnico-jurídico comumente utilizado em áreas jurisdicionais, em especial nas áreas civil, penal e laboral, através da leitura de textos jurídicos, de debates e de exercícios orais e escritos a partir, nomeadamente, da simulação de atos.

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público.

Data e local Coimbra, 15, 22 e 29 de junho 2015

Metodologia: será composto um grupo com o máximo de 15 participantes, o qual participará em 3 unidades letivas, que decorrerão às segundas-feiras, das 10h às 13h e das 14h30 às 16h00, em Coimbra, em local a designar.

Os inscritos realizarão um teste prévio de aferição de conhecimentos, sendo admitidos apenas Magistrados com nível II (conhecimentos médios) ou nível III (bons conhecimentos).

O Curso apenas funcionará com um mínimo de 10 inscritos.

Tema: Inglês Jurídico – Curso Avançado – Curso presencial de conversação sobre temas jurídicos, 1 sessão semanal, durante 3 meses

Objetivos

- Consolidar e desenvolver o vocabulário técnico-jurídico necessário à comunicação e à compreensão;
- melhorar as capacidades de expressão/exposição oral;
- alargar conhecimentos em áreas temáticas diretamente relacionadas com o Direito que

permitam compreender e debater os sistemas jurídicos de Portugal e Inglaterra ou Estados Unidos.

Destinatários Juizes, Magistrados do Ministério Público, Advogados e outros profissionais da área forense que tenham feito o Curso Breve

Data e local janeiro a julho de 2015; horário pós-laboral, das 18h30 às 20h00.

Metodologia:

Como se pretende utilizar o tempo da sessão exclusivamente para conversação e debate, será utilizada a plataforma *Moodle* do CEJ, onde os magistrados e outros formandos terão acesso aos materiais (textos, links para material audiovisual, documentos, glossários e outros) que serão utilizados. Assim, antes de cada sessão poderão ter conhecimento prévio do vocabulário e de quaisquer outros exercícios ou trabalhos de investigação existentes.

Requisitos:

O curso de Conversação de Inglês Jurídico deverá ser apenas para aqueles que completaram o nível II e 3º do Curso Breve de Inglês Jurídico. Para este serão mantidos os níveis inicialmente apurados.

- **Tipo D³**

Tema: Métodos de Organização e Gestão Processual no âmbito da Nova Organização Judiciária (MP)

Destinatários Magistrados do Ministério Público

Data e local 21 novembro 2014

Tema: Ética e Deontologia Profissional

Objetivos Estudar a relação entre ética, vida pública e os media. Em especial, pretende-se aprofundar as questões suscitadas pelas novas tecnologias e Internet (blogues, Facebook, etc.).

Destinatários Juizes, Magistrados do Ministério Público, Advogados e outros profissionais forenses

Data e local 16 janeiro 2015

Tema: Gestão Processual

Objetivos O *workshop* de Gestão Processual visa qualificar os destinatários com propostas de reflexão sobre os modelos de organização e gestão processual, bem como sobre a racionalização das tarefas e as boas práticas na gestão do Tribunal e dos processos.

Destinatários Juizes, Advogados e outros profissionais forenses

Data e local Lisboa, 23 janeiro 2015

³ *Workshops*

Tema: Fundamentação das decisões jurídicas e discurso judiciário

Destinatários Juízes, Magistrados do Ministério Público, Advogados e outros profissionais forenses

Data e local 30 janeiro 2015

Tema: Comunicar a Justiça

Objetivos Com esta iniciativa, parceria com a ERC, pretende-se estudar a dinâmica e os processos de disseminação da informação sobre os tribunais no contexto social e identificar e descrever as boas práticas seguidas pelos tribunais na sua relação com a comunicação social, incluindo a web. Pretende-se ainda preparar um código de boas práticas de comunicação judiciária.

Destinatários Juízes, Magistrados do Ministério Público, Advogados e outros profissionais forenses

Data e local 26 junho 2015

Tema: Inspeções e Classificações

Objetivos Abordagem das regras legais e regulamentares atinentes à avaliação de desempenho dos Magistrados.

Destinatários Juízes, Magistrados do Ministério Público, Advogados e outros profissionais forenses

Data e local 10 julho 2015

Tema: Imagem e Voz

Objetivos É intenção deste *workshop* estudar o modo de comunicar na sala de audiências e no gabinete com as partes e os intervenientes processuais, nomeadamente as regras de colocação da voz e postura, permitindo aos magistrados entender o modo como são percebidos por terceiros pela forma como comunicam.

Destinatários Juízes, Magistrados do Ministério Público, Advogados e outros profissionais forenses

Data e local 10 julho 2015

XI Cursos a distância

Tema: Recuperação de Ativos¹

Data de início 14 de novembro 2014

Tema: Inglês Jurídico (*b-learning*)¹

Data de início A partir de janeiro 2015, em data a indicar

¹ Com avaliação

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS